

ANÁLISE DA QUESTÃO AMBIENTAL EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP A PARTIR DO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM DESAFIO AO PRINCÍPIO DE INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Aline C. Santana Rossi¹

Rafael Rossi²

RESUMO: Por meio deste artigo problematizamos os resultados referente à nossa pesquisa intitulada: “Diagnósticos Territoriais – Agendas para o desenvolvimento sustentável – Jardim Santana – Presidente Prudente – SP”. Acreditamos que os desafios referentes à questão ambiental da localidade analisada do referido município se articula à produção e dinâmica dos processos excludentes. Assim o princípio de intersectorialidade entre as esferas de intervenção públicas aparecem como potencialidades para a geração de mecanismos que apresentem maior possibilidade de efetivação de patamares de cidadania com maior justiça social. Defendemos também uma metodologia participativa em pesquisa que inclua em sua discussão de algum modo a população a ser alvo de sua investigação. Para tanto trabalhamos com adolescentes residentes no bairro Jardim Santana e seu entorno, percebendo que a questão do lixo apareceu como aspecto relevante de ser analisado no tocante à questão ambiental que o município e esta localidade enfrentam. Nosso intuito está em ampliar o debate ambiental pela dimensão política contida no comprometimento de ações de intervenção articuladas que possam lidar com os entraves e dificuldades rumo à garantia dos direitos sociais.

¹ ALINE C. SANTANA ROSSI é Graduada em Pedagogia pela UNIESP de Presidente Prudente - SP e Graduada em Arquitetura e Urbanismo na UNESP/FCT de Presidente Prudente - SP.

² RAFAEL ROSSI é mestre em Geografia Urbana na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP e doutorando em Educação na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP.

Palavras-chave: Questão Ambiental. . Resíduos sólidos domésticos.

INTRODUÇÃO

Este artigo se refere aos resultados do projeto intitulado: “Diagnósticos Territoriais – Agendas para o desenvolvimento sustentável – Jardim Santana – Presidente Prudente - SP” que permitiram compreender e, também, investigar as questões sociais e ambientais do município objeto de estudo e intervenção. Este projeto se insere no arcabouço de práticas investigativas e das ações desenvolvidas pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS – que se trata de uma Instituição Social Sem Fins Lucrativos, fundada em 1998, possuindo a titularidade de Utilidade Pública Federal, com sede no Rio de Janeiro - RJ, filial em São Paulo – SP e escritório de representação no Ceará.

No presente texto temos como objetivo expor uma investigação do Jardim Santana de Presidente Prudente – SP, percebendo suas potencialidades e desafios na promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável local. Esta localidade se insere nos territórios de abrangência da Assistência Social deste município, pertencendo ao território de abrangência Cambuci. Isto significa que a prefeitura municipal realiza delimitações por área no esforço de focar suas políticas sociais junto às estaduais e federais.

Esta área é reconhecida como sendo local em que as famílias passam pelo processo de exclusão social em suas múltiplas dimensões. É nesse aspecto que reside a relevância no aprofundamento das temáticas que perpassam a vida dessas famílias em seus vínculos territoriais, no desenvolvimento de ações que cooperem para seu empoderamento, governança, solidariedade e conhecimento; eixos estes que, por sua vez, estruturam e embasam a metodologia implementada pelo CIEDS.

A questão histórica do descarte dos resíduos sólidos é um elemento fundamental para pensarmos com relação à Presidente Prudente, o desenvolvimento de ações coletivas mais apropriadas e conscientes. Este município historicamente não se preocupou com sua questão ambiental, no tocante aos resíduos sólidos, tanto por parte da administração pública quanto da população residente. Isso implica em um agravamento das condições de qualidade de vida no bairro aqui analisado, que já é caracterizado por outras pesquisas e indicadores sociais como sendo local em que as famílias sofrem os processos excludentes. Dessa forma pensar a questão ambiental também necessita de uma mediação com a temática social, para que outras iniciativas e práticas possam garantir um descarte sustentavelmente apropriado.

Assim dividiremos o artigo em três partes: a primeira conta com uma breve aproximação do leitor ao contexto histórico e social deste município. A segunda parte apresenta a problematização a partir das questões ambientais e sociais envolvidas no desafio de consolidação de patamares mais efetivos de justiça social entre os moradores da área analisada. Já a terceira parte destina-se às nossas considerações a respeito das potencialidades de articulação e intersetorialidade que o Jardim Santana e seu entorno apresentam. No entanto, é importante afirmar que não pretendemos encerrar o debate à respeito da temática ambiental em seus vínculos com a questão social, dessa forma, críticas, dúvidas e sugestões são bem-vindas para avançarmos na discussão e pesquisa sobre a questão ambiental em seus múltiplos aspectos e desafios.

O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPANSÃO TERRITORIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

De acordo com os dados do censo do IBGE (2010), o município de Presidente Prudente abrange uma área de 562,794 Km², possuindo uma população total de 207,610 habitantes. Destes, há 61.539 são famílias residentes em domicílios particulares urbanos

e 901 famílias residentes em domicílios particulares rurais, apresentando uma densidade demográfica de 368, 89hab/km².

Este município é considerado economicamente, como sendo o mais próspero da 10^a Região Administrativa, a qual também abrange os municípios do Pontal do Paranapanema; seus setores produtivos mais desenvolvidos são o ramo de serviços, a agropecuária e indústrias. Ainda de acordo com dados do IBGE³, as terras que originaram Presidente Prudente – SP foram transferidas do domínio de José Antonio Gouvêa à família Alves Lima, por volta de 1850. Após essa transferência às terras passam a ser propriedade de Manuel Pereira Goulart, que se utiliza de sua exploração no período de 1884 a 1890 e contrata junto ao Governo Provisório a colonização de 50 alqueires dessas terras.

Já em 1917 o filho de Manuel, Francisco de Paula Goulart, que à época residia em Assis – SP se dirige pela estrada de ferro Sorocabana até Indiana. Em 14 de Setembro (data em que se comemora a fundação da cidade), ocorre a primeira derrubada de mata virgem, a qual o Bosque Municipal ainda hoje é recordação.

Goulart incumbiu João Carlos Fairbanks, engenheiro da estrada de ferro Sorocabana, a tarefa de levantar e projetar a planta da futura cidade, sendo este trabalho concluído em 1918. O projeto inicial contava com um traçado de ruas e avenidas largas e praças amplas. Neste mesmo ano a ferrovia atinge o lugarejo.

Em 19 de Janeiro de 1919 é inaugurado oficialmente o transporte de passageiros e de carga. A linha férrea divide a cidade em duas partes: em nível mais baixo, localiza-se a parte mais ampla, que se denominava Vila Goulart; já a outra se chamava Vila Marcondes em homenagem a José Soares Marcondes, um de seus fundadores.

As terras virgens serviram para atrair mineiros e nortistas, além de imigrantes de portugueses, espanhóis, italianos e, principalmente, japoneses. Em 1921 é criado o

³ Disponível em: < www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php > Último acesso: Dez. 2012

município com o toponônimo de Presidente Prudente em homenagem a Prudente de Morais. Abreu (1972, p.59), narra esta história:

Em setembro de 1917, o Coronel Francisco de Paula Goulart [...]. Organizou um grupo de trabalhadores sertanejos e foi até Indiana pelo trem que corria de Assis duas a três vezes por semana. Aqui começava a extensa mata virgem que se estendia até o Rio Paraná. De Indiana, foi até a estação da Memória, atual Regente Feijó, com o trem de lastro da turma de trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana. Da 'Memória' seguiu a pé, em parte pela 'estrada boiadeira' e em parte pelo picadão da ferrovia até o Alto do Tamanduá, local situado acima da última cabeceira do ribeirão Limoeiro, afluente do Rio Santo Anastácio, próximo do km 800 do prolongamento da Sorocabana. Ali armou um rancho para alojamento dos homens. Em seguida, outro rancho no Córrego do Veado. Goulart perguntou, então, aos camaradas da Empresa José Giorgi, que estava fazendo a construção do prolongamento da Sorocabana, pelo engenheiro responsável das obras. Queria saber onde seria construída a estação mais próxima, a primeira do vale do Rio Santo Anastácio. Foi-lhe apresentado Dr. João Carlos Fairbanks, que lhe mostrou o local da futura estação, porque naquele mesmo dia estavam sendo cravadas as estacas para o alicerce do prédio. A localização desta era exatamente 10 metros além da estaca 1807 do eixo ferroviário. A estaca zero deste estaqueamento fora colocada na cabeceira da Água da Barrinha em Indiana. O Coronel Goulart pediu ao Dr. Fairbanks que lhe projetasse um núcleo urbano defronte à estação, na mata virgem que então cobria o local. Esclareceu que desejava abrir uma fazenda confrontando com a cidade e iniciar loteamento de suas terras. Pediu que traçasse o limite entre a futura fazenda e a futura cidade. Atendendo o pedido, Dr. Fairbanks deu ao teodolito, ali estacionado para locar a estação, a deflexão de 90 graus sobre o rumo da tangente da estação e marcou esta divisa com separação entre a fazenda e a cidade. Este traçado hoje é a Avenida Washington Luís. Ela ficou como base do arruamento futuro do núcleo. Depois disto, o Coronel Goulart deu ordem a seus homens para que no dia seguinte, 14 de setembro de 1917, iniciassem a derrubada do mato e fizessem uma roça de milho. [...] O Coronel Goulart convidou Dr. Fairbanks para projetar o mapa do núcleo idealizado, mas ele pretextando serviço na estrada, somente colocou dois piquetes a alguns metros distantes da futura estação férrea, na distância de 26,40 metros um do outro, largura das futuras avenidas do núcleo ainda em mato apenas roçado. Depois desta primeira e histórica viagem da qual resultou a fundação da cidade, Goulart fez inúmeras outras de Assis até o local, seguindo o mesmo percurso anterior. Muitas vezes teve que carregar mercadorias nos ombros pela falta de animais de carga. Construiu um rancho de pau-a-pique, coberto de tabuinhas na esquina das atuais

Avenida Washington Luís e Avenida Brasil, em frente à estação; alojava-se neste barraco quando vinha a Presidente Prudente. (ABREU, 1972, p.59)

A lei estadual no. 1. 798, de 28 de Novembro de 1921, cria o Distrito e o Município, e elevou a sede à categoria de cidade. Atualmente o município se compõe de 5 distritos: Presidente Prudente (sede), Eneida, Montalvão, Ameliópolis e Floresta do Sul.

Este município se trata de um objeto alvo de pesquisas científicas, já que conta com a presença da Universidade Estadual Paulista – UNESP – se configurando em um dos municípios mais pesquisados no Brasil. Suas questões e especificidades no tocante às desigualdades sociais instigam abordagens e metodologias cada vez mais participativas e inclusivas, que não simplifiquem as populações a serem estudadas a mero objeto de estudo, mas sim, que as capacite para o debate e o diálogo aberto, corroborando em uma prerrogativa que as encare como parceiras e não somente como sujeitos passivos de sua história.

Como afirma Amorim (1993) o planejamento não acompanhou o crescimento da cidade, que se vê perante uma concentração de pessoas que sofreram o êxodo rural. Tais pessoas se viram obrigadas a residirem em ambientes deteriorados, apresentando baixa qualidade ambiental e sem a devida infraestrutura.

Nota-se no decorrer da história do município aqui em discussão o descarte inadequado de resíduos sólidos enquanto uma prática constante e reproduzida ao longo do tempo. Como podemos perceber em Ogata (1983), os resíduos sólidos possuem uma intrínseca relação com o ‘modus vivendi’ de uma época, justamente por isso, acreditamos na necessidade de ampliarmos o conhecimento sobre seu descarte, com intuito de problematizarmos as políticas públicas e aprofundarmos a pesquisa científica dessa temática tão presente e atual em nossas sociedades. Com o desenvolvimento e crescimento da população aliado à expansão do processo de industrialização, a geração de resíduos sofreu um crescimento vertiginoso. Smith (1988, p. 77) acrescenta que “em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o

suficiente para sua subsistência”. Sendo assim, Smith (1988) junto à Ogata (1983), explicitam a relevância em pensarmos e debatermos a respeito dos resíduos sólidos, no caso aqui em pauta, com relação ao seu descarte.

A QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL A PARTIR DO JARDIM SANTANA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Nesta pesquisa investigamos o bairro Jardim Santana por sua proximidade com o lixão municipal e também por ser uma área referenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social como sendo local em que as famílias sofrem o processo de exclusão social. Acreditamos que antes de apresentarmos os resultados concretos de nossa pesquisa é necessário compreender a questão ambiental neste município em seus vínculos com a questão social, no que se refere aos processos excludentes.

No bairro Jardim Santana de acordo com os dados do IBGE (2010) há 1.289 moradores em domicílios particulares permanentes. Oliveira (2007) nos lembra que a cidade possui profundas desigualdades sociais, fruto da especulação de terras e da segregação socioespacial, resultando em grandes bolsões de pobreza em áreas distantes do centro urbano de comércio e de serviços, como é o caso do Jardim Santana. A paisagem urbana sofre um processo de verticalização das edificações com inúmeros condomínios residenciais fechados de alto padrão. De acordo com Pedro (2011):

Existe uma lógica capitalista quando um loteamento é implantado descontínuo a malha urbana consolidada. Esta lógica está baseada na especulação imobiliária, pois quando os serviços públicos são estendidos do último loteamento para o que está sendo implantada, a área de pouso social, passa a ser valorizada sem qualquer investimento do loteador. O **setor leste** sofreu expansão, quando foi instalada a Vila Aurélio (1972), o Jardim Santa Filomena (1977), o Jardim São Bento e Jardim Santana (1978), também o Jardim São Domingos (1979), o Jardim Planaltina (1980) e outro. (PEDRO, 2011, p. 160)

A geomorfologia do município de Presidente Prudente, no parecer com Nunes (2002), é marcada pela morfoestrutura da Bacia Sedimentar do Paraná e a morfoescultura do Planalto Ocidental Paulista, mais precisamente no Planalto Centro Ocidental. As formas de relevo mais predominantes são colinas amplas e baixas, possuindo altimetria ao redor de 300 a 600 metros, apresentando declives com variação de 10 a 20%, sendo que seus solos são do tipo Argissolos e Latossolos (PEDRO, 2011). Nunes (2002) argumenta:

No caso dos resíduos de entulho, a maioria é despejada em três áreas especificadas/regularizadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, os chamados bolsões de entulho, que são:

I – antigo lixão do Distrito Industrial, que permite receber acima de 1m³ , material como entulho, galhos, móveis, ferro velho etc.;

II – próximo ao SESI, no prolongamento do bairro Sete Copas, podendo receber até 1m³ de entulho;

III – e nas proximidades do estádio de futebol PRUDENTÃO, onde somente pode ser despejado entulho. (NUNES, 2002, p. 74)

No entanto, continuando em sua argumentação o autor irá refletir:

Todavia, em levantamento feito pelos funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foi contatada a formação de 32 pontos clandestinos de entulho, espalhados pelos bairros periféricos da cidade de Presidente Prudente. Isto nos leva a questionar quais os motivos do surgimento destes pontos de entulhos clandestinos. Deve-se à falta de informações por parte da população o que faz com que não cooperem com a limpeza pública? A prefeitura não desenvolve um trabalho específico para recolhimento deste tipo de rejeito? Ou por que a administração pública não conhecendo as diversas leis municipais e ambientais (Código Florestal, Código de Águas) e mesmo o que está especificado na Lei Orgânica Municipal e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, não consegue exercer uma ação mais punitiva contra os infratores que lançam tantos detritos (materiais úrbicos), como materiais gárbicos, em qualquer local? (NUNES, 2002, p. 77)

Essas indagações de Nunes (2002) são relevantes de serem levadas em consideração pela potencialidade que estão imbuídas. Potencialidades essas que se articulam e se relacionam diretamente à participação da comunidade em projetos que envolvem a questão da disseminação da informação. É em decorrência desses fatores que o autor conclui:

A problemática dos resíduos sólidos urbanos, gerados no município de Presidente Prudente, não será resolvida somente com a escolha de uma área para construção de um aterro sanitário, pois o processo de produção e destino dos resíduos sólidos, devem ser compreendidos na sua totalidade, ou seja, desde a geração (fontes) até o local de despejo (formas de disposição). Isto significa, inserir no processo, de forma digna, os principais responsáveis pela coleta seletiva dos resíduos sólidos, que são os catadores ou garimpeiros, que, no caso do município de Presidente Prudente, não tem nenhum projeto em vigor, por parte do poder público, que faça o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos de modo correto. Para tanto, a administração pública deve assumir a problemática dos resíduos sólidos como uma das prioridades municipais. Deve incentivar, não somente a viabilidade de construção de uma Usina de Triagem e Compostagem e de um aterro sanitário, mas também a formação de cooperativas de catadores de resíduos comercializáveis, e da coleta seletiva do lixo em diversos setores e locais da cidade, principalmente na tentativa de conscientizar a população, para a diminuição da quantidade de lixo produzido [...] Além disto, incentivar campanhas de conscientização e preservação dos diversos recursos ambientais, já estabelecidos no Plano Diretores de Desenvolvimento Urbano, na Lei Orgânica Municipal, e nas diversas leis ambientais estaduais e federais, bem como respeitando e referendando as decisões do COMDEMA, na participação das administrações municipais. Todavia, para que se possa viabilizar a execução dos projetos acima descritos, e necessário à manutenção de um quadro de técnicos, principalmente na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que independente de mudanças de gestão administrativa, tenham condições políticas, financeiras e instrumentais para executar e dar continuidade aos diversos projetos na área de resíduos sólidos urbanos. (NUNES, 2002, p. 201-202)

Esse caráter de conscientização e de responsabilidade social aparece, na visão do autor, e, também em nossas considerações, já que o descarte do lixo muitas vezes é

realizado em locais inapropriados para isso. No entanto, como nos lembra Camargo (2007), este município ainda apresenta potencial para acomodar empresas e indústrias na geração de empregos. O autor argumenta que o desafio está intimamente ligado à questão ambiental, isto é, ao uso correto da ocupação do solo, incluindo, o descarte apropriado do lixo, no intuito da promoção de estratégias que se traduzam efetivamente em uma maior qualidade de vida.

O descarte inapropriado do lixo é uma ação histórica em Presidente Prudente que permite compreender sua permanência até os dias atuais perante a população residente. Exemplo disso é o fato de que até a década de 1990 a administração pública municipal, bem como a maioria dos municípios brasileiros, adotou as seguintes práticas em relação aos resíduos sólidos urbanos: o material coletado era destinado para alimentação animal e, posteriormente, passou a ser utilizado para aterrar valas e voçorocas em áreas públicas. O ato de aterrar valas e voçorocas localizadas em áreas públicas e agravadas por processos erosivos, com os resíduos sólidos coletados no município, perdurou até 1997 quando a administração pública passou a se preocupar com o destino final dos resíduos sólidos urbanos coletados, gerando o processo de construção e localização do atual "lixão". Dessa maneira, é imprescindível que o município aprenda e consolide ações com relação à essa questão ambiental que permita e estimule seus moradores também a consolidarem hábitos e atitudes que promovam um descarte do lixo mais apropriado.

De acordo com Alves (2004) o maior desafio a respeito da questão ambiental em Presidente Prudente está em consolidar as ações do planejamento urbano com a racionalização no uso dos recursos naturais. Vários trabalhos científicos sejam eles teses, dissertações, monografias e/ou artigos abordam a questão ambiental neste município, por ser ainda nos dias atuais uma questão aberta, isto é, ainda necessita de ações conjuntas e articuladas que possam pensar e agir de maneira consciente e sustentável. No tocante à localidade em que esta consulta comunitária se deu, podemos apontar a questão da

localização do lixão por seus moradores, tanto no que se refere aos seus impactos, quanto na questão da renda das famílias. Muitos moradores afirmam que o lixão acaba por trazer insetos, mau cheiro e outros aspectos que consideram ruins. No entanto, também é comum observarmos falas em que o lixão é encarado como uma fonte que garante o sustento de diversas famílias daquela área.

Para Cavalli et al (2008) o trabalho no lixão:

Além se ser um *trabalho precário* - exaustiva jornada de trabalho, sem nenhuma garantia salarial, e sem direitos e proteção trabalhistas – e *periculoso* – pois os trabalhadores colocam em risco a própria vida ao se exporem à contaminação por produtos nocivos à saúde bem como acidentes de trabalho –, o trabalho no lixo deixa os indivíduos vulneráveis à violência, criminalidade, uso e comercialização de drogas e trabalho infantil. Estes fatores não são gerados pelo trabalho no lixo, entretanto a fragilidade de se trabalhar no lixo, torna-se um agravante para estas questões tendo em vista que, geralmente, os lixões se encontram numa zona de vulnerabilidade e risco social. (CAVALLI et al, p. 07, 2008)

Esta consideração das autoras permite-nos problematizar a questão do lixo como urgente de ser debatida no tocante à futuras ações de desenvolvimento local. Isso se relaciona intimamente à saúde da população que realiza este trabalho, já que em muitos casos, conformam-se na classe trabalhadora que não foi absorvida pelas indústrias e empresas deste município, não apresentando alternativa palpável para o seu sustento e o de sua família.

Estas famílias necessitam de orientação, capacitação, profissionalização para que possam encontrar possibilidades de construção de uma nova história. Somente medidas paliativas não bastam, uma vez que todas as mudanças na sociedade geram uma situação onde há cada vez mais exclusão do mercado de trabalho. Onde a riqueza é socialmente produzida, mas não é social e igualmente distribuída. Desta forma é necessário voltar o olhar a estas famílias para que não sejam mais marginalizadas e excluídas, tendo em vista que se encontram nesta forma de trabalho precário e informal, pois não encontram outra opção para garantir sua sobrevivência. E este trabalho, somado a renda instável e pobreza os expõe à situações de violência, drogas e criminalidade,

expressões da questão social presentes no cotidiano destas pessoas e geradas pela falta oportunidade, pela falta de intervenção do poder público e de compromisso da sociedade. (CAVALLI et al, 2008, p. 12-13)

Este trecho da argumentação das autoras é importante de ser analisado e refletido. A geração de renda encontra nas famílias que trabalham no lixão a oportunidade de florescer mediante iniciativas que realmente promovam um desenvolvimento da capacidade de mão-de-obra desses trabalhadores, para que assim, possam almejar condições mais dignas de inserção no mercado de trabalho e que não afetem sobremaneira sua saúde, já que:

Não basta resolver somente problemas ambientais como a questão do lixo, é necessário também resolver o problema das famílias de dependem dele para sobreviver. Não pode simplesmente tira-las dessa área, é preciso reintegrá-las à sociedade, dar oportunidades e capacitá-las para a reinserção no mercado de trabalho. (CAVALLI et al, p. 18, 2008)

Leal et al (2006) afirmam que em municípios como Presidente Prudente – SP o problema do trabalho em lixões é acentuado pela pequena oferta de emprego. Dessa maneira: “qualquer trabalho sério que proponha dispensar um melhor tratamento ao lixo deve supor, necessariamente, proporcionar melhores condições de vida e de trabalho a essas pessoas” (LEAL et al, p. 37, 2006).

No âmbito do trabalho com os catadores e os cooperados também fica evidente a demanda para geração de trabalho e renda, com a comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, existindo pressão permanente para aumento das quantidades a serem coletadas e vendidas, notadamente dos resíduos com maior valor no mercado, a exemplo de latinhas de alumínio, papéis e garrafas PET. Ou seja, na ação desses trabalhadores também não está consolidada a preocupação ambiental. (LEAL et al, p. 39, 2006)

A pesquisa de Leal et al (2006) reforça os pontos já elencados anteriormente no tocante à necessidade de profissionalização e capacitação técnica dos trabalhadores do lixão. Isso contribui para um aumento de sua capacidade produtiva e para que possam trabalhar de maneira organizada e coletiva, suscitando projetos e programas nessa área.

Não somente o lixão é problematizado pelos moradores, mas também o descarte do lixo, já que foram várias as respostas que nos afirmaram não haver uma coleta seletiva periódica no bairro, sendo hábito comum de algumas pessoas descartarem o lixo em fundos de vale e terrenos baldios. Henares (2006) argumenta:

No Município de Presidente Prudente a disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos constitui em um grave problema ambiental, justamente pela sua amplitude, visto que, evidencia questões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais. A maioria das administrações preferiu ignorar o problema da disposição inadequada de resíduos, lançando os domésticos, urbanos e hospitalares na forma de lixões a céu aberto na periferia da cidade, em fundos de vale, várzeas, encostas de colinas, pontos de erosão. Esta disposição não obedece aos estudos prévios sobre a área a ser utilizada, não segue critérios topográficos, de declividade do terreno, nível do lençol freático, material de cobertura, propriedades do solo e ocupação humana. (HENARES, 2006, p. 71)

O trecho de Henares (2006) nos indica uma referência de como a questão dos resíduos sólidos foi ignorada durante muito tempo pela administração municipal. A autora afirma que a história do município permite perceber que os resíduos sólidos eram dispostos e descartados sem qualquer preocupação que levasse em conta: a direção dos ventos, a localização de mananciais, cobertura vegetal, a ocupação humana etc. Ainda de acordo com Henares, atualmente os resíduos sólidos domésticos são despejados em área próxima ao Distrito Industrial, sendo que esta área é definida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano como Zona de Preservação e Proteção Ambiental (ZPPA), sendo inadequada a qualquer tipo de ocupação residencial, comercial ou industrial. Entretanto estão em uso desde o ano de 1997, recebendo todos os dias entre 160 e 190 toneladas de resíduo. Oliveira (2007) afirma que:

[...] Nota-se que a participação das indústrias na absorção da população economicamente ativa vem diminuindo significativamente nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, pois está havendo uma redução dos postos de trabalho. Em 1980, o setor industrial tinha participação de 32,47% no total de empregos e, em 1996, de 17,04%. Pode-se dizer que o resultado disso foi o fechamento de empresas, e as que permanecem na ativa continuam reduzindo seu quadro de funcionários através do redimensionamento da mão-de-obra, da terceirização de algumas atividades e da automatização do processo produtivo. (OLIVEIRA, 2007, p. 29)

Isso coloca em pauta a questão do emprego e da renda, já que o autor realizou sua pesquisa na mesma área que esta consulta percorreu e analisou. O desafio na geração de empregos aparece como um desenvolvimento necessário perante a trajetória contida na argumentação de Oliveira (2007). O autor continua em sua análise afirmando que o fechamento de várias empresas na cidade (como por exemplo, os frigoríficos: Bordon, Santa Marina, Montalvão e, também, de processamento de alimentos como a CICA) têm contribuído para o desemprego de muitas pessoas. De acordo com lideranças industriais, no tocante aos frigoríficos, a crise está ligada às políticas tarifárias do governo federal, favorecendo sua localização em outras áreas do país, em especial, na região Centro-Oeste.

Dessa forma, compreendemos que o conjunto de questões relacionadas aos resíduos sólidos, no município, abrange também os aspectos ambientais, políticos, econômicos e sociais. Por isso é imprescindível mecanismos que garantam uma articulação consciente e coletiva que integre o poder público e a população usuária de seus serviços e equipamentos, já que tais questões abrangem os agentes envolvidos tanto no processo de geração, quanto no consumo, no descarte e no reaproveitamento dos resíduos.

É importante afirmar que além da queda de empregos na área industrial, também ocorreu uma diminuição na construção civil. Oliveira (2007) lembra que de acordo com dados do SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) também há uma redução no

número de contratos com carteira assinada, indicando um processo de precarização do trabalho no município. O autor elenca que: a falta de investimentos no setor, a guerra fiscal e à redução numérica da força de trabalho nas empresas ativas tem impulsionado esse quadro.

Uma das situações de extrema vulnerabilidade pode ser observada na vida daquelas pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis no lixo, o que não é uma realidade que ocorre somente em Presidente Prudente, mas na maioria dos municípios brasileiros. Vemos que há famílias inteiras que sobrevivem nos lixões, recolhendo restos de comida e outros materiais. São catadores de rua ou coletores de sucata e papelão. A situação destas pessoas é extremamente cruel: expostas à doenças através de vetores (moscas, ratos, baratas), mutilações e risco de vida. Elas estão privadas de educação, lazer, moradia, saúde, afeto, e convivem com a marginalidade, a prostituição e o uso indevido de drogas, sem qualquer perspectiva de um futuro digno. (OLIVEIRA, 2007, p. 38)

Percebemos como a questão do desemprego se articula à ambiental com o trabalho desenvolvido no lixão. Trabalhar nesse local é sinônimo de uma garantia mínima à sobrevivência de uma ampla parcela da população, assim, pensar em estratégias que permitam um descarte e separação mais apropriados para os resíduos sólidos implica, também, numa tarefa de refletir sobre a questão da geração de renda para essa mesma população, visto que, em muitos casos o lixão é lugar que se configura em fonte de renda e garantia de sustento de várias e múltiplas famílias de trabalhadores.

Este é um desafio que permite através de ações de desenvolvimento sustentável pensarmos em atividades e projetos sociais que promovam uma melhor qualidade de vida tanto no que se refere à geração de renda, quanto do ponto de vista ambiental. Isso implica em pensarmos de modo articulado e solidário rumo à patamares mais efetivos de inclusão social. Tal compreensão também pode ser evidenciada quando percebemos os dados da SEADE⁴ que evidenciam um gasto de R\$ 5. 901. 045 no ano de 2002 com

⁴ Dados disponíveis em: < <http://www.seade.gov.br/>> Último acesso em: Jan. 2013

gestão ambiental e em 2009 esse valor cai para R\$ 4. 423. 173, ou seja, uma queda de 25%. Pedro (2011, p. 170) lembra que: “Este depósito de lixo, além de contaminar o solo e as nascentes dos afluentes do rio Mandaguari, deu origem a morfologia atual, descaracterizando completamente a cabeceira de drenagem que havia antes”.

Esta autora sintetiza de modo claro e objetivo a questão ambiental atrelada ao desenvolvimento do processo histórico de expansão territorial deste município:

Presidente Prudente apresenta um interessante processo de apropriação e ocupação do relevo. O tecido urbano inicial ocupou as áreas de topo do espigão divisor de água e se expandiu ao longo das vertentes até incorporar os fundos de vale. Esta dinâmica de apropriação impermeabilizou os topos, as vertentes diminuindo a infiltração das águas pluviais e interferindo significativamente na dinâmica hídrica. A pedogênese também sofreu interferências significantes, como por exemplo, podemos citar a retirada de camadas de solo de alguns compartimentos no momento da edificação do loteamento (no processo de terraplanagem), ou a deposição de camadas de solo oriundo de outras áreas, cujas características físicas são diferentes do solo onde foi depositado, para fins de aterro. A esculturação das vertentes por meio de processos erosivos (sulcos, ravinas e voçorocas) e deposicionais, além de assorear os córregos e diminuir o volume de água, também contribuem na formação de depósitos, sejam eles bancos de areia ou tecnogênicos. (PEDRO, 2011, p. 170-171)

Dessa forma, para além dos desafios que este município enfrenta em uma perspectiva de curto prazo no que se refere à capacitação profissional dos trabalhadores do lixão, também se faz imprescindível iniciativas que levem em consideração um desenvolvimento sustentável que planeje a ocupação e uso do solo. Isso se articula a uma melhor distribuição das áreas de comércio, serviços, residenciais e distritos industriais em uma prerrogativa que pense antes de ocupar, planejando seu futuro e colaborando junto com a população residente da comunidade aqui analisada.

Esta pesquisa contou com a aplicação de 300 questionários no bairro Jardim Santana e seu entorno. Em um primeiro momento nós visitamos o Centro de Referência

da Assistência Social desta área, conhecemos alguns jovens moradores desta localidade e perguntamos sobre seu interesse em nos ajudar. Dessa forma, também entramos em contato com jovens universitários do curso de Serviço Social da Universidade Toledo e em várias reuniões percebemos todos ajudaram na elaboração do questionário e sua aplicação. Percebemos que dois temas surgiram com grande ênfase: a questão do lixo e da evasão escolar de muitos adolescentes em função de múltiplas razões. Participaram da elaboração e aplicação de questionários 10 jovens moradores de 15 a 22 anos e 10 estudantes universitárias de 19 a 25 anos.

Em nossa ida a campo para aplicação de questionários encontramos mais mulheres dispostas a participarem do que homens (66% dos respondentes eram do sexo feminino e 34% do sexo masculino), com baixa escolaridade (36% possuem ensino médio) com idade entre 35 e 44 anos (25%), sendo que 47% da população entrevistada residem a mais de 15 anos na área percorrida.

Um dado importante que o resultado nos aponta é que na opinião da população entrevistada, 35% afirmam que os próprios moradores não sabem e não praticam a separação do lixo orgânico e o lixo reciclável. Além disso, 20% dos respondentes afirmam sobre a falta de uma coleta regular e também a falta de lixeiras e caçambas no bairro para o despejo do lixo. Cerca de 6 a cada 10 entrevistados, compreendem que o lixo traz, acima de tudo, conseqüências negativas para a região, como aparecimento de pragas e mau cheiro. Também percebemos que 30% dos respondentes acreditam que campanhas educativas sobre a questão dos resíduos sólidos são práticas importantes na sensibilização e conscientização da população. Reflexo disso é que 40% argumentam que iriam às reuniões com outros moradores e com a participação do poder público para debater a questão do lixo em seus locais de moradia.

A partir desses resultados, acreditamos que o princípio de intersetorialidade contido na PNAS (2004) deva ser levado em consideração no desafio da questão ambiental na área analisada. A questão do lixo não se desconecta dos processos

excludentes que essas famílias sofrem, por isso é no trabalho entre as diversas formas de intervenção pública que as chances de um desenvolvimento territorial menos inconseqüente se ampliam e prospera. O Jardim Santana e seu entorno necessita de cursos de profissionalização para que seus moradores possam inserir-se de modo mais sólido no mercado de trabalho e garantirem o seu sustento e de sua família. Também há a necessidade de campanhas educacionais que ajudem a população sobre a necessidade de descartar os resíduos em locais apropriados evitando, dessa maneira, o descarte em fundos de vale. Além disso, podemos perceber o desafio em consolidar ações articuladas entre a área da Educação, Meio Ambiente e Assistência Social com intuito de promoverem iniciativas e práticas de maior inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo nos servir de instrumento para problematizarmos a questão ambiental em Presidente Prudente – SP, com foco no bairro Jardim Santana localizado na área leste do município. Acreditamos que os processos excludentes que as famílias residentes nesta área sofrem, não se desconectam dos desafios ambientais a serem enfrentados. Também investimos na ideia de que tais desafios devem ser pensados de forma articulada, tal como expressa pelo princípio de intersectorialidade contido na Política Nacional de Assistência Social (2004). A questão dos resíduos sólidos deve ser uma preocupação do poder público em um esforço de englobar e incentivar a opinião e o engajamento da população, para que esta não seja alienada de tais círculos de debates e, também, para que os moradores se conscientizem e sensibilizem-se quanto à importância de um descarte apropriado, não reproduzindo uma lógica histórica deste município.

Entender como se distribuem espacialmente as populações em processos excludentes ajuda-nos na busca pela compreensão das diferentes realidades presentes em vários bairros de uma mesma cidade, por exemplo. Avançar na discussão sobre os processos excludentes indica, para além de um refinamento e sofisticação metodológica, um caminho no entendimento a respeito das desigualdades sociais, que minam as possibilidades de construção de um processo emancipatório capaz de construir um território mais amplo das políticas públicas. Neste aspecto, vale lembrar que este debate ainda está em aberto na agenda acadêmica e que suscita, por sua vez, intervenções de pesquisas preocupadas em desvendá-lo e analisá-lo.

A situação de vivenciar os processos excludentes nas áreas percorridas e analisadas se relaciona à dinâmica histórica de cada cidade, no caso em questão de Presidente Prudente e para superá-la é necessário um conjunto de ações mais amplas com o compromisso de diversos agentes, pois acreditamos que aprofundar as análises geográficas que identifiquem como se dão esses fluxos de poder, quais os grupos e agentes envolvidos na conformação e produção territorial de determinado bairro ou cidade requer, além de um amplo estudo, uma metodologia participativa que permita levar em consideração a dialética inerente ao processo de produção do espaço urbano em vigor, para que as tendências, padrões, rupturas e quebras sejam explicitadas e com isso as possibilidades de novos arranjos territoriais pautados na perspectiva e abordagem territorial das políticas públicas possam surgir e prosperar, pois como nos lembra Thiollent (1988) a pesquisa não se deve restringir a um modo de ação, mas sim buscar o aumento do nível de conhecimento dos pesquisadores e de consciência das populações envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972.
- ALVES, A. O. **Planejamento Urbano na Microbacia do Córrego da Colônia Mineira – Presidente Prudente – SP.** 2004, 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- AMORIM, M. C. C. T. **Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP.** 1993, 136p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CAMARGO, C. E. S. **Qualidade Ambiental Urbana em Presidente Prudente – SP.** 2007. 155p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.
- CAVALLI, M.; FERREIRA, N. S.; SOUZA, V. R.; VOLPATO, L. M. B. **O fechamento do lixão da cidade de Presidente Prudente: Uma problemática social.** Rev. Seminário Integrado, vol. 02, n. 02, p. 1-20, 2008.
- HENARES, E. L. **Educação Ambiental e resíduos sólidos: A ação da Cooperlix em Presidente Prudente – SP.** 2006. 149 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- LEAL, A. C.; THOMAZ JÚNIOR, A.; COELHO, M.; GONÇALVES, M. A. **Resíduos Sólidos e Políticas Públicas em Presidente Prudente – SP: Construindo parcerias para a Educação Ambiental.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n. 03, p. 32-39, 2006.
- NUNES, J. O. R. **Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para construção de Aterro Sanitário em Presidente Prudente – SP.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. 2002
- OGATA, M. G. **Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo-SP.** Rio de Janeiro: IBGE, SUPREN, 1983.
- OLIVEIRA, R. P. **Processos excludentes no espaço intra-urbano: Condições de vida, Saúde e redes sociais dos chefes de família desempregados em Presidente Prudente – SP.**

Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. 2007

PEDRO, L. C. **Geomorfologia Urbana: Impactos no ambiente urbano decorrente da forma de apropriação, ocupação do relevo**. Revista Geografia em Questão, vol. 4, n. 01, p. 153-172, 2011

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

TAKENAKA, E. M. M. **Políticas Públicas de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos em Presidente Prudente – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente – SP, 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1988.